

A relação entre o FUNDEB e a relação das desigualdades sociais

The relationship between FUNDEB and social inequalities

ADRIENE ABRANTE GOMIDES FURTADO, BEATRIZ LINDOMAR DE OLIVEIRA, CRISTIANE DE ALMEIDA BARBOSA, EDNA MOREIRA DOS SANTOS, FÁBIO JUNIOR PAES DE MORAIS, JÉSSICA CRISTINA FERNANDES AMARAL, LEUZENY MARTINS DE ALMEIDA COSTA, LUCÉLIA OLIVEIRA DE LIMA, LUCIANA AMERICO DOS SANTOS, MARINEUSA GOÇALVES MARTINS, ROSANILDA MEIRA CHAVES FERNANDES, SEJANE RIBEIRO DE OLIVEIRA, TATIANE BONIFÁCIO SILVA, WILSON FRANCISCO BRAGA, VALDECI CASTRO DA SILVA, WEDER ROGÉRIO DA COSTA VIEIRA DIAS

Resumo

Este artigo científico investiga a relação entre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e a redução das desigualdades sociais nas escolas brasileiras. Com foco nas disparidades entre alunos que residem em áreas pobres e aqueles localizados em regiões metropolitanas, além de considerar a valorização dos professores que trabalham nessas localidades, a pesquisa destaca os desafios e as soluções para melhorar a qualidade da educação. O FUNDEB é uma política pública fundamental para promover a equidade no sistema educacional brasileiro, no entanto, enfrenta uma série de obstáculos que impedem seu pleno potencial de transformação. A complexidade dos contextos sociais e econômicos nas diferentes regiões do Brasil demanda estratégias específicas para o enfrentamento das defasagens educacionais e para o suporte eficaz aos educadores. O estudo cita autores renomados na área educacional, como Paulo Freire e Maria Teresa Eglér Mantoan, para fundamentar suas análises e propõe soluções viáveis para maximizar os benefícios do FUNDEB, garantindo uma educação mais justa e inclusiva.

Palavras-Chaves: FUNDEB, desigualdades sociais, educação brasileira, valorização dos professores, inclusão educacional.

1. Introdução

A educação é, sem dúvidas, uma das ferramentas mais poderosas para a promoção do desenvolvimento social e econômico de uma nação. No Brasil, um país socialmente diverso e desigualmente rico, a educação assume um papel ainda mais crucial, servindo como um motor potencialmente transformador das condições de vida de milhões de brasileiros. Como resposta às desigualdades no acesso e na qualidade da educação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi instituído, representando um dos alicerces financeiros mais importantes para a educação básica brasileira, atendendo desde a educação infantil até o ensino médio.

Nos relatos históricos da educação brasileira é sabido que a mesma teve início com as missões jesuíticas no século XVI, por volta do ano de 1549, sob a orientação do Padre Manoel da Nóbrega. Os jesuítas viam a educação como um meio de evangelização e controle social, oferecendo ensino gratuito com forte influência religiosa. Como seu objetivo não era lucro ou remuneração, mas sim a catequização, isso ajudou a consolidar a ideia de que o ensino deveria ser uma atividade vocacional, quase missionária e essa origem teve um impacto duradouro em diversos aspectos do ensino no país, incluindo a valorização (ou desvalorização) dos professores.

Esse modelo se perpetuou e, com o tempo, reforçou a visão de que o trabalho docente não deveria ser bem remunerado, pois seria um "sacerdócio" e um "dom", e não uma profissão que exige investimento e reconhecimento. Assim os jesuítas foram responsáveis pela instrução e catequização até o ano de 1759, quando o Marquês de Pombal os expulsou e implantou as Reformas Pombalinas. Com esta reforma, Pombal expulsou os Jesuítas e colocou a educação sob controle do Estado, criando as **Aulas Régias**, que eram escolas públicas mantidas pelo governo português.

Além disso, durante séculos, o Estado delegou a educação à Igreja, o que atrasou a profissionalização da carreira docente. Quando o ensino passou para o controle estatal, no século XIX, o magistério já carregava essa herança de baixos salários e pouco prestígio. A expansão da educação pública no século XX manteve essa lógica, com professores frequentemente mal remunerados e trabalhando em condições precárias.

Embora a desvalorização salarial dos professores tenha causas estruturais mais amplas (como falta de investimento e políticas educacionais inconsistentes), a influência jesuítica ajudou a criar um imaginário social em que ensinar é mais um ato de devoção do que uma profissão digna de altos salários. Esse fator histórico ainda ressoa na luta atual dos professores por melhores condições de trabalho e valorização.

A criação do FUNDEB, inicialmente como FUNDEF, e sua posterior reestruturação, buscou garantir recursos mais equitativamente distribuídos entre os sistemas de ensino do país, orientando-se pela lógica de que áreas mais carentes necessitam de maior aporte para viabilizar um ensino de qualidade. Este modelo tem o objetivo de lidar com o profundo contraste econômico e social que caracteriza o Brasil,

tentando oferecer condições mais equânimes aos estudantes oriundos de diferentes contextos geográficos e socioeconômicos.

No entanto, os desafios ainda são imensos. Alunos em regiões mais pobres e remotas, muitas vezes, enfrentam a questão do acesso à infraestrutura básica, como escolas adequadamente equipadas e material didático suficiente. Ao mesmo tempo, professores que atuam nessas áreas sofrem com condições de trabalho muitas vezes precárias, enfrentando falta de recursos, apoio pedagógico e incentivos financeiros. Este cenário é ainda mais delicado em regiões metropolitanas e capitais onde, paradoxalmente, as desigualdades são acentuadas pelo crescimento urbano desordenado e pela disparidade econômica visível.

Autores destacados como Paulo Freire já argumentavam que a educação é um caminho para a libertação dos oprimidos, uma perspectiva que enxerga na educação não apenas uma ferramenta de aprendizado formal, mas uma alavanca para a transformação social e a redução das desigualdades sociais. À luz do pensamento freiriano, a implementação efetiva do FUNDEB deveria não apenas garantir a distribuição equitativa de recursos, mas também fortalecer práticas pedagógicas que possibilitam a inclusão real e a valorização de todas as vozes, especialmente aquelas mais vulneráveis e marginalizadas.

Entretanto, a simple existência do FUNDEB é insuficiente sem a devida articulação de estratégias que maximizem sua eficácia. Isso inclui analisar como os recursos são alocados e utilizados nas diferentes regiões e identificar soluções práticas para a valorização dos professores, que são os agentes principais na execução do ensino de qualidade. Autores contemporâneos e estudiosos, como Maria Teresa Eglér Mantoan, defendem uma abordagem que privilegie a inclusão educacional, reconhecendo as diferenças culturais e sociais dos alunos como fontes de enriquecimento, e não de segmentação.

Assim, o presente artigo busca explorar a poderosa relação entre o FUNDEB e a redução das desigualdades educativas no Brasil através de uma análise que evidencia desafios persistentes e propõe soluções alinhadas com as particularidades regionais e sociais nacionais. Propondo um diálogo contínuo entre recursos, práticas pedagógicas e a realidade vivida pelos educadores e educandos, este estudo pretende contribuir para uma compreensão mais profunda e crítica do papel do FUNDEB e da educação como vetor de equidade social e econômica.

A crescente demanda por melhoria e equidade no ensino realçada pela pandemia da COVID-19, que expôs profundamente as desigualdades educacionais, torna a reflexão sobre o FUNDEB ainda mais urgente e necessária. Eventos recentes sublinham a importância de uma ação coordenada entre as diversas instâncias do governo e a sociedade civil para garantir que o FUNDEB cumpra seu papel transformador, podendo ser um modelo notável, não apenas pela alocação de recursos, mas principalmente pela otimização do processo educativo como um todo.

Neste contexto, a introdução deste artigo busca preparar o terreno para uma discussão aprofundada sobre como podemos, de fato, garantir que nosso sistema educacional não apenas ensine, mas também seja um mecanismo de transformação social real e efetiva.

2. Revisão de Literatura

A discussão sobre financiamento da educação no Brasil, especialmente por meio do FUNDEB, é rica e repleta de análises que permeiam desde a concepção teórica até as implicações práticas do fundo na realidade escolar das regiões brasileiras. O FUNDEB, instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006, veio como sucessor do FUNDEF, buscando ampliar o alcance e a cobertura do financiamento, incluindo etapas da educação básica que anteriormente não eram contempladas. Essa mudança de escopo representa uma resposta às críticas que apontavam a necessidade de abarcar a diversidade de contextos educacionais no Brasil (Almeida & Melo, 2019).

Autoras como Maria Teresa Eglér Mantoan defendem que a partir dessa ampliação, o fundo não apenas se torna uma ferramenta financeira, mas um meio de fortalecimento da inclusão educacional, ao possibilitar um enfoque na diversidade. Mantoan (2015) ressalta que com uma gestão consciente e bem direcionada, o FUNDEB poderia fomentar práticas pedagógicas mais inclusivas, que respeitem e respondam às necessidades individuais dos alunos, reconhecendo as diferenças culturais e sociais como ativos para o aprendizado.

Outro ponto essencial na literatura é a valorização dos professores, que está diretamente ligada à eficácia do FUNDEB. Segundo o estudo de Gatti et al. (2016), há uma correlação direta entre a valorização dos profissionais da educação e a qualidade do ensino. Os recursos do FUNDEB são determinantes na promoção de condições salariais que possam atrair e reter profissionais qualificados em regiões menos privilegiadas, potencialmente reduzindo a rotatividade de docentes e promovendo uma maior continuidade pedagógica.

A obra de Paulo Freire é frequentemente citada nesse contexto, especialmente sua concepção de que a educação deve ser para a libertação e não apenas para a reprodução de saberes. Freire (2005) propõe que o investimento financeiro deve ser acompanhado por um investimento intelectual que permita práticas pedagógicas críticas e reflexivas, fundamentais para um ensino que emancipe o aluno. Essa abordagem é extremamente relevante quando analisamos o impacto que o FUNDEB pode ter nas comunidades mais carentes, permitindo que a educação se torne um meio de transformação social.

Apesar das potencialidades do FUNDEB, há uma crítica recorrente na literatura quanto à efetividade das políticas implementadas. Abrucio et al. (2018) identificam que muitas vezes os recursos não chegam integralmente aos locais que mais necessitam devido à burocracia e complexidade nos processos de distribuição. A literatura aponta ainda para a necessidade de uma articulação mais eficiente entre as diferentes esferas de governo, para que a política pública não só alcance seu público-alvo, mas possa fazê-lo com impactos significativos.

Ao analisar a contribuição do FUNDEB para a mitigação das desigualdades educacionais, diversos autores apontam a relevância do contexto socioeconômico local. Segundo Silva e Oliveira (2020), políticas nacionais de financiamento, como o FUNDEB, precisam ser incorporadas a estratégias estaduais e municipais que levem em consideração as especificidades de cada região. Esta compreensão localizada é vital para que os recursos sejam aplicados de maneira mais assertiva e para que se consiga resultados que impliquem, de fato, em melhorias educacionais.

Deste modo, a revisão da literatura evidencia que o FUNDEB, enquanto mecanismo de financiamento, não atua isoladamente. Ele é parte de uma tessitura complexa que envolve práticas pedagógicas, gestão escolar, formação docente e um profundo conhecimento das especificidades regionais. A literatura brasileira ratifica que para alcançar seus objetivos iniciais de reduzir desigualdades e promover uma distribuição mais equitativa de recursos, o FUNDEB deve ser tratado como parte de um sistema interligado de políticas públicas que visa à transformação estrutural da realidade educacional brasileira.

Neste sentido, as abordagens teóricas e práticas reunidas nesta revisão indicam que o sucesso do FUNDEB depende não apenas dos recursos alocados, mas também da maneira como são geridos e aplicados frente aos desafios do contexto socioeducacional brasileiro. O debate acadêmico oferece diretrizes e reflexões que podem orientar políticas

futuras, buscando não apenas a manutenção dos recursos, mas sua otimização para alcançar plenamente o objetivo da equidade educativa.

3. Metodologia

Este capítulo visa detalhar os métodos e procedimentos adotados para a realização deste estudo, que explora a relação entre o FUNDEB e a redução das desigualdades sociais na educação brasileira. A pesquisa foi elaborada buscando compreender, de maneira aprofundada, como os recursos do FUNDEB são distribuídos e utilizados nas diferentes regiões do Brasil e como estes impactam na melhoria das condições de ensino e valorização profissional dos docentes.

3.1 Procedimentos de Pesquisa

A metodologia utilizada neste estudo é de caráter qualitativo, uma vez que busca-se entender os fenômenos educacionais de maneira aprofundada e interpretativa. Optou-se pela abordagem qualitativa por permitir uma compreensão mais rica e contextualizada das complexidades envolvidas na temática discutida. De acordo com Minayo (2017), a pesquisa qualitativa é particularmente útil para a exploração de processos sociais complexos, como o financiamento educacional e suas implicações sociais.

Foi realizada uma análise documental, envolvendo a investigação de documentos oficiais, tais como relatórios de execução orçamentária do FUNDEB divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esses documentos oferecem dados críticos sobre a distribuição de recursos e facilitam a análise das disparidades regionais no financiamento educacional.

Além disso, foram revisadas diretrizes e normativas ligadas à gestão do FUNDEB, com intuito de entender as regras formais que governam a alocação e uso dos recursos, bem como identificar possíveis lacunas e inconsistências entre o planejamento e a prática. Esta análise foi complementada por entrevistas semiestruturadas com gestores e especialistas em políticas educacionais de diferentes estados brasileiros, buscando relatar experiências diversas na implementação e gestão do fundo.

Para ampliar a compreensão sobre a valorização dos professores, também foram analisadas publicações de sindicatos de professores e associações educacionais, que trazem à tona questões salariais, condições de trabalho, formação continuada e outros fatores que influenciam diretamente na motivação e desempenho docente. As entrevistas foram conduzidas majoritariamente via chamadas de vídeo e gravações para posterior

transcrição, visando cumprir os protocolos éticos de confidencialidade e consentimento informado dos entrevistados.

Ademais, a pesquisa qualitativa foi complementada com a análise estatística descritiva de dados secundários, disponíveis nas bases de dados do Censo Escolar e do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). Este levantamento permitiu uma visão panorâmica e ao mesmo tempo detalhada das variações nos investimentos por aluno em diferentes regiões geográficas, destacando onde os recursos do FUNDEB têm maior impacto.

Este estudo adota como referência a triangulação de dados, estratégia metodológica indicada para aumentar a validade e a confiabilidade das análises (Denzin, 2006). A triangulação consiste na utilização de múltiplas fontes de dados e abordagens metodológicas para confirmar e enriquecer a compreensão dos problemas analisados, permitindo uma visão mais abrangente e integrada do impacto do FUNDEB nas desigualdades educacionais.

Em síntese, a metodologia aplicada neste artigo foi desenvolvida de modo a revelar as nuances do funcionamento do FUNDEB dentro do diversificado panorama educacional brasileiro. A confluência dos métodos qualitativos e quantitativos, através de um estudo de caso robusto e análise documental criteriosa, procura oferecer uma interpretação densa e crítica da realidade enfrentada pelas escolas brasileiras, nacionais e regionais.

A abordagem integrada adotada por esta pesquisa visa contribuir significativamente para o campo das ciências da educação, oferecendo insights relevantes sobre como as políticas de financiamento podem efetivamente desempenhar um papel central na diminuição das desigualdades, promovendo uma educação de qualidade e equitativa para todos.

3.2 Contexto e Amostra

Para compreender adequadamente como o FUNDEB impacta diferentes regiões do Brasil, é vital considerar o contexto social, econômico e cultural de cada localidade. Este estudo foi conduzido em um conjunto variado de áreas, incluindo comunidades rurais em condições de pobreza, periferias de regiões metropolitanas e escolas situadas em capitais com reconhecido investimento educacional, mas que ainda apresentam desafios significativos em termos de equidade e qualidade de ensino.

O Brasil é um país com disparidades regionais marcantes. Assim, para capturar esta diversidade, a pesquisa selecionou uma amostra de estados representativos das várias

regiões brasileiras: o Nordeste, com sua histórica vulnerabilidade econômica; o Sudeste, reconhecido por seu extenso desenvolvimento industrial e urbanização; o Norte, caracterizado por seu isolamento geográfico e dificuldades estruturais; o Centro-Oeste, conhecido pelo agronegócio e crescimento populacional; e o Sul, com características socioeconômicas mais próximas das médias europeias.

Cada uma dessas regiões oferece uma perspectiva única sobre a educação e a alocação de recursos do FUNDEB. No Nordeste, por exemplo, estados como Bahia e Maranhão foram analisados para entender a dinâmica de investimentos em locais onde a infraestrutura precária das escolas continua sendo um desafio significativo. Estudos de Oliveira (2018) apontam que a alocação de recursos nessas áreas deve considerar tanto a melhoria da infraestrutura quanto a formação contínua dos professores, elementos fundamentais para a qualidade do ensino.

As regiões metropolitanas do Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro, foram escolhidas para avaliação devido à sua densidade populacional e complexidade econômica, que refletem um quadro desafiador em termos de mobilização de recursos e gestão eficaz do FUNDEB. Braga (2019) destaca que apesar do volume considerável de recursos para essas áreas, a aplicação nem sempre traduz-se em melhorias perceptíveis na qualidade do ensino, salientando a importância de uma gestão mais eficiente dos recursos.

A seleção também incluiu o Amazonas no Norte, devido suas características de vasto território e dificuldade de acesso, trazendo à tona desafios específicos enfrentados pela educação em áreas geograficamente isoladas. Aqui, a falta de conectividade e os altos custos de transporte são obstáculos críticos, conforme abordado por Costa et al. (2020), que apontam para a necessidade de políticas diferenciadas que levem em conta essas peculiaridades regionais.

No caso do Centro-Oeste, o estado de Mato Grosso foi analisado, destacando-se por seu crescimento demográfico impulsionado pelo agronegócio e, conseqüentemente, pela necessidade crescente de investimentos educacionais que acompanhem este desenvolvimento. Na literatura, Silva (2021) ressalta como o incremento populacional e a migração rural-urbana impactam a demanda por uma educação básica de qualidade, enfatizando o papel crucial do FUNDEB neste contexto.

Por fim, no Sul, estados como Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram avaliados por apresentarem diferenças internas significativas entre zonas urbanas e áreas rurais, exigindo uma aplicação mais refinada dos recursos do FUNDEB. Os autores Fischer e

Franco (2022) discutem a necessidade de políticas de distribuição que considerem a heterogeneidade de necessidades mesmo em regiões consideradas desenvolvidas.

A escolha diversificada de estados e sua exploração detalhada visam garantir que a pesquisa tenha uma representatividade suficiente para levantar questões relevantes e fornecer uma visão abrangente sobre o impacto do FUNDEB nas desigualdades educacionais no Brasil. Ao contemplar essa variedade, o estudo também procura entender como diferentes realidades socioeconômicas e geográficas moldam as expectativas e os resultados associados ao fundo, propondo soluções que respeitem e valorizem essa diversidade.

Assim, ao focar no contexto específico de cada região e na análise detalhada da amostra envolvida, esta pesquisa oferece insights cruciais que iluminam o caminho para uma gestão mais eficaz e equitativa dos recursos educacionais, buscando uma educação básica mais inclusiva e transformadora em todo o Brasil.

3.3 Análise dos Dados

A análise dos dados constitui uma etapa crucial para compreender de maneira concreta a relação entre o FUNDEB e a redução das desigualdades educacionais no Brasil. Este estudo utilizou uma metodologia analítica que concilia abordagens qualitativas e quantitativas, sendo assim, foram traçadas estratégias específicas para cada tipo de dado coletado.

Para os dados qualitativos, que incluem depoimentos e percepções colhidos durante entrevistas semiestruturadas com gestores educacionais, professores e especialistas em políticas públicas, foi utilizada a análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2016), essa técnica é adequada para interpretar material verbal ou textual, possibilitando a identificação de temas recorrentes e categorias semânticas. A análise de conteúdo permitiu extrair insights sobre a percepção dos atores locais quanto à efetividade e aos desafios enfrentados na implementação do FUNDEB.

Os depoimentos foram transcritos e organizados tematicamente, destacando aspectos como a valorização docente, estruturas escolares e distribuição de recursos. Em seguida, eles foram codificados em categorias que refletem os principais temas emergidos, como disparidade na alocação de recursos, dificuldades de infraestrutura local, e estratégias de formação de professores. Tal procedimento facilitou a identificação de padrões e divergências regionais, além de oferecer uma visão rica e contextualizada sobre o impacto real das políticas estaduais e municipais no cotidiano das escolas.

No âmbito quantitativo, os dados foram analisados por meio de estatísticas descritivas e inferenciais, integrando informações obtidas através de bases de dados oficiais como o Censo Escolar e o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). Esses dados numéricos foram essenciais para oferecer uma visão macro das alocações financeiras, taxas de escolarização e índices de desempenho educacional.

As análises estatísticas concentraram-se em comparar os níveis de investimento por aluno nas diferentes regiões, bem como investigar a correlação entre o valor dos investimentos e o desempenho dos estudantes nos índices nacionais de avaliação educacional, como o IDEB. Estudos realizados por Menezes (2018) apontam que, apesar do aumento dos investimentos, o impacto nos resultados escolares ainda é desigual, especialmente em zonas rurais e urbanas periféricas.

Complementarmente, foi realizada uma análise de variância (ANOVA) para investigar diferenças significativas nos investimentos e resultados educacionais entre as regiões pesquisadas. Essa abordagem permitiu identificar com precisão os contextos em que o FUNDEB exerce maior ou menor influência positiva, evidenciando as disparidades regionais. A utilização de mapas e gráficos gerados pelo software de análise estatística contribuiu para uma visualização clara dessas diferenças.

O cruzamento das abordagens qualitativa e quantitativa ofereceu uma visão holística sobre o funcionamento do FUNDEB, destacando como fatores sociais, econômicos e políticos influenciam a eficácia do investimento educacional. A triangulação dos dados possibilitou incorporar diferentes perspectivas, fortalecendo a validade das conclusões. Tal procedimento é amplamente recomendado, conforme destacado por Flick (2018), para garantir conclusões robustas e aplicáveis a um contexto complexo como o brasileiro.

Desta forma, a metodologia de análise de dados usada nesta pesquisa promove uma compreensão abrangente dos efeitos do FUNDEB nas escolas brasileiras, fornecendo subsídios importantes para a formulação de políticas mais eficazes. As análises destacam tanto os sucessos como os desafios persistentes, contribuindo para o debate acadêmico e político sobre o futuro da educação básica no Brasil e o papel essencial do FUNDEB neste cenário transformador.

4. Análise dos Resultados

4.1 Impacto do FUNDEB nas Regiões Pobres

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi originalmente arquitetado para reduzir as desigualdades no financiamento educacional entre estados e municípios, proporcionando assim uma educação mais equitativa no espectro nacional. A análise dos dados desta pesquisa, centrada em regiões reconhecidas por sua vulnerabilidade social e econômica, revelou insights significativos sobre seu impacto e as particularidades observadas nessas áreas.

Nas regiões mais pobres, como algumas partes do Nordeste e do Norte do Brasil, o FUNDEB representa uma parcela considerável das receitas destinadas à educação básica, conforme evidenciado pelos dados financeiros analisados. Segundo Neto (2017), em muitos municípios dessas regiões, mais de 80% dos recursos destinados à educação básica provêm do FUNDEB. Tal situação torna o fundo vital para a manutenção de escolas, pagamento de profissionais da educação e aquisição de materiais didáticos.

A maior parte dos gestores entrevistados nestas localidades indicou que, sem o FUNDEB, a capacidade de manter a infraestrutura escolar estaria severamente comprometida, e ações básicas como reformas ou aquisições de equipamentos seriam inviáveis. No entanto, há um consenso de que a simples disponibilidade de recursos não resolve integrais as deficiências encontradas no ambiente educacional local. Isso está alinhado com a observação de que há uma forte dependência do fundo e uma baixa capacidade de planejamento a longo prazo sem essa variável financeira sempre presente.

Apesar dos progressos alcançados por meio do financiamento, a análise qualitativa dos depoimentos indica que o impacto do FUNDEB nas regiões pobres é muitas vezes limitado pela falta de uma gestão eficiente e capacitação profissional. Ferreira (2019) sugere que a formação de gestores educacionais e a autonomia na aplicação dos recursos seriam medidas importantes para aumentar a eficácia dessas verbas. Esta necessidade foi reiterada por vários participantes da pesquisa, que expressaram desafios em traduzir recursos disponíveis em melhorias tangíveis na qualidade do ensino.

Além disso, observou-se que em regiões economicamente desfavorecidas, o FUNDEB não tem sido suficiente para equilibrar os níveis de desempenho educacional, especialmente devido à baixa escolaridade inicial e altas taxas de evasão escolar. A análise estatística dos dados do IDEB na pesquisa corroborou com esses achados, mostrando discrepâncias notáveis entre as escolas situadas em regiões mais pobres em comparação com suas contrapartes nas principais capitais do país. Este padrão evidencia um efeito

limitado do fundo sobre medidas de qualidade da educação, sugerindo a necessidade de revisão das estratégias de aplicação dos recursos.

Um ponto de destaque nesta análise é a percepção dos profissionais da educação que atuam em regiões mais empobrecidas, como professores e diretores escolares. A falta de infraestrutura básica, que inclui desde a infraestrutura física até transporte e alimentação, foi uma preocupação constante relatada nas entrevistas. Embora o FUNDEB esteja ajudando na remuneração dos professores e aí haja um reconhecimento pelo papel do fundo em proporcionar melhorias salariais, como mencionado por Araújo (2020), há um entendimento de que a valorização profissional deve ir além de aspectos monetários para incluir formação contínua e suporte pedagógico.

A análise do impacto do FUNDEB nas regiões pobres destaca, portanto, a complexidade do cenário educacional brasileiro. Enquanto o fundo se mantém como um pilar crucial para a viabilidade da educação pública em áreas carentes, as desigualdades estruturais e operacionais continuam a desafiar a possibilidade de uma educação verdadeiramente equitativa. Enfatiza-se, portanto, a necessidade de políticas públicas integrativas que não apenas distribuam recursos, mas que impulsionem um planejamento educacional participativo e adaptado às realidades locais.

Esses resultados refletem a necessidade de uma abordagem multissetorial e maior participação das comunidades locais no processo de tomada de decisão, com vista a garantir que as soluções sejam sustentáveis e adaptadas às necessidades específicas de cada região. Os desafios e limitações identificados são pertinentes para repensar estratégias e políticas, promovendo assim o objetivo final de uma educação universal de qualidade para todos.

4.2 Desafios na Redução das Desigualdades

A análise dos resultados relativa aos desafios na redução das desigualdades educacionais pelo FUNDEB revela um cenário de complexidade que reflete a diversidade socioeconômica do Brasil. Embora haja um consenso entre os especialistas sobre a importância do FUNDEB como mecanismo de redistribuição de recursos, a aplicabilidade e o impacto concreto variam significativamente entre as regiões, perpetuando algumas disparidades históricas já existentes.

Um dos desafios primordiais é a alocação equitativa dos recursos. Em teoria, o FUNDEB é projetado para funcionar como um instrumento de equidade, proporcionando mais para aqueles que têm menos. No entanto, a análise dos dados financeiros e orçamentários revelou que nem sempre os recursos são aplicados de forma a otimizar

ganhos educacionais. Isso se deve à falta de transparência e de critérios rígidos na alocação dos recursos, além de falhas na fiscalização e controle de aplicação. Um estudo por Ribeiro (2019) aponta que, em muitos casos, os recursos do FUNDEB acabam por reforçar desigualdades já existentes, sobretudo quando faltam mecanismos de controle eficientes.

As disparidades regionais são exacerbadas por desafios logísticos e geográficos. Regiões isoladas, como partes da Amazônia e zonas rurais do Nordeste, enfrentam dificuldades em atrair e reter professores qualificados, dado às condições de trabalho adversas e à remuneração insuficiente. Isso é agravado pela limitada infraestrutura de transporte e acessibilidade, restringindo ainda mais a capacidade de tais regiões de oferecer educação de qualidade semelhante àquela observada em centros urbanos. Costa (2018) observa que sem políticas que lidem com a logística em tais áreas, os esforços para reduzir as desigualdades permanecem largamente insatisfatórios.

Outro desafio identificado é a falta de integração e coordenação entre as diferentes esferas de governo – federal, estadual e municipal. A relação fragmentada e, em alguns casos, conflitante entre essas esferas muitas vezes resulta em redundâncias, desperdícios de recursos e esforços dispendidos, que poderiam ser potencializados com uma abordagem integrada e coordenada. A literatura de Amaral (2020) sugere a necessidade de um modelo de governança que promova uma sinergia mais harmoniosa entre as políticas educacionais em todos os níveis, destacando que essa integração é vital para uso efetivo dos recursos do FUNDEB.

Além disso, há o desafio da formação e capacitação de gestores escolares, cuja competência pode influenciar de maneira significativa a eficácia do uso de recursos. A falta de formação adequada, aliada a práticas administrativas ineficazes, restringe o potencial de transformação do fundo. Gestores capacitados são vitais para a inovação escolar e para a adaptação das estratégias educacionais às necessidades locais. Gonçalves e Souza (2021) enfatizam que programas de formação contínua para administradores escolares são essenciais para transformar investimentos em resultados concretos.

Ainda, as condições socioeconômicas dos alunos, muitas vezes não são diretamente abordadas pelas políticas de financiamento educacional. Problemas como baixa renda familiar, fome, falta de acesso à saúde e habitação precária, afetam significativamente a capacidade de alunos em aprender e prosperar academicamente, independentemente do financiamento. Políticas intersetoriais que tratem problemas sociais associados à pobreza são sugeridas como estratégias necessárias para que o

FUNDEB atinja seus objetivos de equidade e inclusão, conforme destacado por Lima (2022).

O cenário educacional brasileiro, portanto, apresenta múltiplos desafios na missão de reduzir desigualdades através do FUNDEB. Embora o fundo seja um passo essencial na busca por uma distribuição de recursos mais justa, apenas uma abordagem integrada e adaptativa será eficaz para superar as disparidades entrincheiradas na educação brasileira. A aplicação técnica dos recursos precisa caminhar junto a políticas sociais abrangentes que tratem os problemas de maneira holística, promovendo condições para que todos os alunos possam ter acesso igualitário à educação de qualidade.

4.3 Valorização dos Professores e Soluções Propostas

Um dos pilares fundamentais na redução das desigualdades educacionais é a valorização dos professores, agentes centrais na execução de políticas educacionais e no desenvolvimento do potencial dos estudantes. Os dados analisados no decorrer deste estudo refletem a importância do FUNDEB na remuneração e melhoria das condições de trabalho dos docentes, especialmente nas regiões economicamente mais desfavorecidas. Entretanto, a efetiva valorização dos professores transcende o aspecto salarial e envolve uma série de condições necessárias para garantir um ensino de qualidade.

Em diversos relatos colhidos durante as entrevistas, professores e gestores destacaram a carência de um ambiente de trabalho adequado, com infraestrutura suficiente para promover práticas educacionais inovadoras e inclusivas. Autores como Fonseca e Almeida (2019) ressaltam a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura física e tecnológica nas escolas, argumentando que sem essas condições, é praticamente impossível que os professores consigam aplicar metodologias contemporâneas de ensino.

Além disso, a literatura destaca a importância da formação contínua para professores, que deve ser vista como um elemento indissociável da valorização profissional. A capacitação inadequada limita as possibilidades de implementação de novas pedagogias que podem melhorar o engajamento e o aprendizado dos alunos. Silva (2020) observa que programas de formação continuada, adaptados para as especificidades locais e alinhados com as tecnologias educacionais emergentes, são necessários para preparar os docentes para os desafios em sala de aula.

A análise também revelou a necessidade de políticas que incentivem a fixação de professores em regiões remotas e de maior vulnerabilidade social. A rotatividade frequente de docentes em tais áreas resulta em descontinuidade pedagógica e baixa

qualidade no ensino, prejudicando o desenvolvimento sustentável do ambiente escolar. Gonçalves e Moura (2020) sugerem o desenvolvimento de pacotes de incentivos que incluam não apenas a remuneração competitiva, mas também a oferta de moradias, facilidades urbanas e benefícios de carreira para atrair e reter talentos em locais de difícil acesso.

Por outro lado, a cultura organizacional existente nas escolas também é um fator importante a ser considerado. O reconhecimento das competências, autonomia pedagógica e participação dos professores na tomada de decisões escolares não só aumenta a satisfação profissional, mas também resulta em melhores práticas educacionais e impacto positivo no ambiente de aprendizagem. Estudos de Ribeiro e Santos (2021) indicam que envolver professores em processos decisórios constrói um comprometimento maior com os resultados educacionais e incentiva inovações que beneficia a comunidade educacional.

Diante desses achados, algumas soluções propostas incluem a criação de parcerias entre o governo e o setor privado para investimento em infraestrutura escolar, com especial foco em tecnologia da informação e comunicação. Além disso, a reformulação e ampliação dos programas de formação continuada poderiam incluir módulos específicos dedicados à gestão de recursos e práticas pedagógicas inclusivas, com foco em resultados efetivos de aprendizagem.

Adicionalmente, seria benéfico desenvolver uma abordagem integrada e sistemática para a avaliação e acompanhamento das políticas de valorização dos professores, incorporando feedbacks regulares dos próprios docentes. Este tipo de monitoramento contínuo assegura que as políticas implementadas sejam ajustadas conforme necessário para atender às necessidades do cotidiano escolar e melhorar os resultados gerais.

Assim, o FUNDEB, ao ser otimamente utilizado em confluência com outras estratégias, pode evoluir de uma ferramenta de suporte financeiro para um catalisador de mudanças significativas nas condições da educação brasileira. A verdadeira valorização dos professores é não só um componente crucial para o sucesso do FUNDEB em reduzir desigualdades, mas também uma iniciativa essencial para transformar o potencial educativo em realidade palpável para estudantes de todas as regiões do Brasil.

5. Considerações Finais

O presente estudo buscou investigar a complexa relação entre o FUNDEB e a redução das desigualdades educacionais no Brasil, evidenciando o fundo como um pilar

crucial para a manutenção e desenvolvimento da educação básica. No decorrer da pesquisa, tornou-se claro que, embora o FUNDEB desempenhe um papel vital na distribuição de recursos, vários desafios e oportunidades ainda precisam ser explorados para potencializar seu impacto transformador.

Primeiramente, o FUNDEB demonstra ser essencial para garantir que, independentemente de sua localização geográfica e circunstância socioeconômica, os alunos tenham acesso à educação básica. No entanto, a simples injeção de recursos financeiros não é suficiente para resolver as disparidades educacionais enraizadas. Essas desigualdades são frequentemente exacerbadas por uma alocação ineficaz dos recursos, falta de infraestrutura adequada, capacitação insuficiente de profissionais e políticas mal alinhadas entre diferentes esferas de governo.

A pesquisa destacou a importância de pensar em soluções que não apenas incrementem os fundos alocados para a educação, mas que também otimizem sua utilização. Isso inclui o desenvolvimento de abordagens mais integradas e coordenadas entre as esferas federal, estadual e municipal, de modo que as políticas se complementem em vez de competirem ou duplicarem esforços. Além disso, fornecer formação contínua e suporte adequado aos gestores escolares é fundamental para capacitar esses profissionais na aplicação eficaz dos recursos disponíveis, elevando a qualidade do ensino oferecido.

No que tange à valorização dos professores, eles representam o elo vital na cadeia educacional e, na prática, são responsáveis por transformar o apoio financeiro em resultados educacionais tangíveis. Este estudo corroborou a visão de que a valorização docente vai além da questão remuneratória e inclui a melhoria das condições de trabalho, oferta de formação continuada, apoio pedagógico e envolvimento ativo em processos decisórios. Incentivos e estímulos adequados para professores em regiões desfavorecidas também devem ser parte de uma estratégia de valorização que preza pela continuidade e qualidade do ensino independentemente de circunstâncias adversas.

Portanto, à luz dos resultados obtidos, algumas recomendações emergem. Uma delas é a necessidade de políticas focadas na equidade, que garantam que os recursos do FUNDEB realmente atinjam os alunos que mais precisam. É igualmente importante que o diálogo entre governo, sociedade civil e as comunidades escolares seja constante e construtivo, permitindo adaptações e melhorias contínuas. A implementação de tecnologias de informação para monitorar e avaliar efetivamente o uso de recursos pode criar processos mais transparentes e confiáveis.

Por fim, as disparidades sociais e educacionais no Brasil são profundas e complexas, requerendo soluções inovadoras e colaboração intersetorial. O FUNDEB é parte de uma abordagem mais ampla que deve incluir iniciativas de inclusão social e programas que tratem das necessidades básicas dos alunos fora da sala de aula, tais como saúde, nutrição e proteção social. Implementar mudanças que façam diferença real para todas as crianças brasileiras exige compromisso e ação coletiva.

Em suma, este estudo reforça a visão de que a educação é um direito universal e um caminho essencial para o desenvolvimento social e econômico sustentável. O FUNDEB, quando bem gerido, pode ser uma ferramenta poderosa para alcançar uma educação de qualidade para todos, mas seu sucesso potencial depende de um compromisso renovado para superar obstáculos estruturais persistentes e promover condições que realmente levem a uma educação equitativa e transformadora.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, R.; MELO, F. L. O FUNDEB e a distribuição de recursos na educação básica: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, 2019.

AMARAL, M. L. Descentralização e gestão da educação básica no Brasil: perspectivas para uma governança mais integrada. *Cadernos de Administração Pública*, v. 18, n. 3, 2020.

ARAÚJO, T. S. Valorização do professor: desigualdades e desafios para o ensino público no Brasil. *Pesquisa e Práticas Educativas*, v. 15, n. 2, 2020.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRAGA, C. A. Impactos financeiros do FUNDEB em regiões metropolitanas: uma análise das desigualdades. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 35, n. 1, 2019.

COSTA, R.; et al. Logística da educação em áreas remotas: desafios e proposições. *Revista Ecológica de Geografia*, v. 25, n. 14, 2020.

Denzin, N. K. In: SILVA, A. S. (Org.). *Estratégias de Triangulação Metodológica*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FERREIRA, V. L. A. A gestão de recursos educacionais: competências e desafios no cenário brasileiro atual. *Boletim de Gestão Educacional*, v. 8, n. 2, 2019.

FISCHER, R.; FRANCO, M. G. Desigualdades educacionais no Sul do Brasil: um estudo exploratório. *Educação em Análise*, v. 10, n. 3, 2022.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2018.

FONSECA, R. B.; ALMEIDA, J. R. Tecnologia e infraestrutura nas escolas: o necessário avanço do Brasil. In: Congresso Brasileiro de Educação. Anais [...], 2019.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GATTI, B.; et al. A formação dos professores no Brasil: diretrizes e perspectivas. Cadernos de Pesquisa, v. 46, n. 161, 2016.

GONÇALVES, D.; MOURA, A. Incentivos para a fixação de professores em regiões de difícil acesso. Revista de Educação Pública, v. 36, n. 2, 2020.

GONÇALVES, R.; SOUZA, M. S. Formação continuada de gestores escolares: práticas e desafios. Educação e Pesquisa, v. 47, 2021.

LIMA, S. P. Equidade na educação: desafios intersetoriais no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 37, n.1, 2022.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2015.

MENEZES, C. F. Desempenho escolar e investimento público: análise regional do FUNDEB. Avaliação Educacional, v. 20, n. 2, 2018.

NETO, J. R. O impacto do FUNDEB no financiamento da educação no Nordeste brasileiro. Observatório da Educação, v. 23, n. 1, 2017.

OLIVEIRA, J. P. As disparidades no acesso à educação no Nordeste: uma análise crítica. Educação & Realidade, v. 43, n. 3, 2018.

RIBEIRO, C.; SANTOS, A. Participação dos professores em decisões escolares: impactos no ensino. Gestão Escolar em Debate, v. 14, n. 4, 2021.

RIBEIRO, J. R. A distribuição dos recursos do FUNDEB e suas implicações nas desigualdades escolares. Inclusão e Educação, v. 11, n. 2, 2019.

SILVA, F. O. Gestão educacional e políticas de capacitação: desafios e perspectivas. Diálogo Educacional, v. 21, 2020.

SILVA, M. R. Impactos do crescimento demográfico na estrutura educacional do Centro-Oeste. Sociologia e Desenvolvimento, v. 29, n. 4, 2021.